

PARCERIA, INFORMAÇÃO E DINAMIZAÇÃO SOCIOCULTURAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE PEQUENO PORTE: EXEMPLOS CONCRETOS

Dra. María Elena Barros¹

Resumo

O texto teve origem no Projeto “UNESP em Parceria com as Administrações Públicas: Município de Echaporã”, um projeto multidisciplinar, interdepartamental e que resulta de um termo de parceria firmado entre a Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, o Escritório Regional de Articulação e Planejamento e a Prefeitura Municipal de Echaporã. Diante dos graves problemas sociais diagnosticados nesse Município da Região Administrativa de Marília, somaram-se as forças e, desde abril de 2002, Echaporã conta com a atuação de um projeto-matriz que envolve a comunidade em 6 (seis) subprojetos, dos quais se destaca um que enfatiza a disseminação da informação (a Biblioteca Pública como pólo irradiador de informação e conhecimento para a zona urbana e a zona rural, buscando inserir-se na Sociedade da Informação). Pelas suas características, o projeto-matriz é considerado aberto, podendo acolher novos subprojetos, desde que digam respeito aos problemas detectados no diagnóstico inicial. Pela sua validade, cada subprojeto apresenta metodologia própria, algumas inovadoras, que serão objeto de sistematização e divulgação posterior; entretanto, após poucos meses de implantação, os resultados obtidos mostram o acerto do envolvimento da comunidade (de forma representativa) em todas as discussões e passos das pesquisas, e das atividades desenvolvidas, amplamente divulgadas ao público-alvo. A adesão da comunidade, das lideranças e das autoridades pode ser considerada como um termômetro positivo das ações levadas a efeito em Echaporã e dos indícios da mudança na cultura informacional que já se notam no município, configurando a dinamização sócio-cultural do mesmo, em termos de uma nova política pública a ser reforçada com a participação de especialistas dessa área específica, num trabalho direto com os gestores locais; no caso, exemplos concretos relativos à força da informação no processo de mudança de pequenos municípios brasileiros.

¹ Universidad de Sao Pablo, Brasil

Introdução

Quando se estabelece uma parceria de qualquer natureza, pressupõe-se que ela configure uma reunião de pessoas que visam a um interesse comum, não importa qual. A partir dessa convergência, ficam identificadas afinidades, não só de interesses mas também de metas.

Qualquer parceria significa aumento do “poder de fogo”; significa a potencialização de forças. Nesse sentido, os parceiros buscam atingir as metas que estabeleceram, por meio de esforços igualmente compartilhados ou por meio de tarefas diversas, mas com termos cordados de equivalência, de tal forma que possam exercer um âmbito maior de pressão e com intensidade redobrada sobre o seu alvo de interesse. Visando o bem ou visando o mal.

Entende-se, então, que tais contrapartidas são necessárias e, ao mesmo tempo complementares. A configuração da parceria confere-lhe, assim, um vulto maior e um “status” de aior destaque. De qualquer forma, significa também a abertura de mais portas de acesso e, em muitos casos, facilidade para encontrar e obter apoios, numa relação inequívoca entre parceiros e beneficiários da parceria.

Em termos gerais, é o que se encontra entre o senso comum e a literatura concernente, passando pelos léxicos.

O segundo termo que compõe o título deste trabalho é, a informação que, por meio do ato de informar ou informar-se, através de dados sobre alguém ou sobre algo, constitui-se num elemento de transformação, pela possibilidade de desenvolvimento e de autonomia que permite, além de abertura para cidadania.

Posso considerar que informar tenha o caráter de comunicar, tornar comum, participar; mas, que também signifique inteirar alguém de algo. Assim, a informação, objetivada no ato de informar, é de cunho integrador; e, nesse sentido, dinamizadora, já que é causa e efeito de movimento, principalmente quando for revestida de intencionalidade, em se tratando de unidades de informação.

Na seqüência, é preciso abordar essa questão da dinamização, que pretende imprimir caráter dinâmico ao objeto contextualizado, contando com aspectos eminentemente ativos e/ou diligentes, com vistas à situação que deveria ou necessitaria de ser transformada.

A percepção de um estado indesejável de inércia (o oposto do movimento), pode levar à constatação de que é possível mudar esse estado, com vistas a um propósito determinado, inclusive altruísta.

Todavia, a dinamização aqui referida tem um caráter específico; qual seja, o sociocultural. Significa, portanto, que envolve grupos, comunidades ou a própria sociedade; sendo um ato intencional, planejado — considerados os riscos — a dinamização de que se fala está voltada para a cultura, entendida como o todo completo das artes e das demais expressões criativas de grupos sociais.

Quando se fala em dinamização socio-cultural, torna-se necessário nomear as agências e os agentes que, com mais propriedade, identificam-se como dinamizadores, dentro do sistema informacional, o que já estabelece um vínculo com determinadas áreas do conhecimento, neste caso apontando para a Ciência da Informação e a Comunicação.

Entretanto, na abordagem da dinamização socio-cultural, estes últimos aspectos envolvidos merecem uma atenta e criteriosa análise, que é definidora da tensão entre o estado inicial constatado e o novo estado que se pretende atingir, como propósito da ação.

No caso deste trabalho, os preâmbulos iniciais, procuraram mostrar o que a literatura conceitual e algumas reflexões oferecem como embasamento para a exposição de exemplos concretos de aplicação da teoria na prática, exercida em municípios brasileiros de pequeno porte.

Como se pode definir, de forma inequívoca, o seu perfil ?

Primeiro, o conceito de município afirma ser ele uma “circunscrição administrativa, autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara dos vereadores” (Aurélio).

Por outro lado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE caracteriza os pequenos municípios como aqueles que, independentemente da área física, tenham baixa renda “per capita”, baixa densidade demográfica e graves problemas de ordem socioeconômica. Nesse caso, o IBGE elencou-os no documento popularmente conhecido como Mapa da Fome, que apresenta indicadores sociais mínimos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, hierarquizando os municípios de acordo com tais índices.

Com tal caracterização, é possível afirmar que esse tipo de município já vem despertando o interesse de um grupo de professores universitários que se dedicam, de longa data, a programas e projetos extensionistas.

Neste caso, o desafio coloca-se sob alguns critérios e condições, no que tange os exemplos concretos aqui descritos:

1. a parceria, como requisito “sine qua non”, deve ser estabelecida em moldes de convênio entre a Universidade Estadual Paulista, a prefeitura municipal interessada em receber o projetomatriz, e um órgão articulador da administração estadual;
2. o município selecionado deve estar localizado na Região Administrativa de Marília-SP, que circunscreve a própria Unidade Universitária da UNESP;
3. a seleção do município deve se ater aos critérios definidos pelo IBGE e à negociação com os interlocutores oficiais.

O primeiro município a ser atendido foi o de Ocaçu; após dois anos e meio de atuação, o projeto passou por um processo de avaliação, com a participação de avaliadores externos, da equipe envolvida e de representantes da comunidade beneficiária. Findo esse período, o projeto foi deslocado para Echaporã, diante de solicitação do município e o seu enquadramento no projeto, onde se encontra em pleno desenvolvimento e apresentando resultados bastante animadores.

O projeto matriz

É preciso dizer que, apesar de ser considerado pela Unidade Universitária como um projeto multidisciplinar de extensão, o projeto-matriz — sempre aberto a propostas de novos subprojetos — envolve pesquisas variadas, muitas delas com apoio de algumas agências de fomento, o que permite a catação de diversos recursos, que suprem os gastos com diárias, transporte, bens de capital e bens de consumo, até mesmo em efeito “cascata”.

Nesse sentido, já se conseguiu material audiovisual e de informática, inclusive, que pode ficar alocado no município, sob responsabilidade e manutenção da Prefeitura Municipal, mediante um Termo de Compromisso, até ser patrimoniado pela Universidade.

Como aglutinador e coordenador das ações, o projeto-matriz reúne periodicamente os parceiros e colaboradores principais, no intuito de manter o controle do seu andamento. Por outro lado, apoia-se no subprojeto “Dinamização da cultura, do Lazer e da Cidadania”, visando a despertar uma cultura informacional na comunidade, a qual não dispõe de um jornal local, nem de cinema ou de teatro em atividade.

Diante dessa situação, o circuito da cultura é bastante restrito, criando um enclave elitista de algumas poucas famílias que possuem TV, vídeos e computadores, tendo acesso à mídia e a bens culturais exteriores, sem contribuir para alimentar uma cultura informacional ampla.

O projeto universitário em pauta verificou grande semelhança, nesse aspecto, entre Ocaçu e Echaporã; mas, observou que ambas as bibliotecas públicas municipais poderiam erigir-se em sustentáculo de uma ação transformadora, com a diferença de que, no primeiro município, a encarregada era leiga e, no segundo, havia uma bibliotecária habilitada. Este último detalhe permitiu um grau de adesão maior da profissional ao projeto, o qual investiu e continua investindo em sua educação continuada, já que visualiza nela uma multiplicadora de conhecimentos e continuadora das ações informacionais e culturais. Ainda quanto à Biblioteca Pública de Echaporã, ela não só disponibiliza informação nos moldes tradicionais mas já começa a assumir seu papel como pólo disseminador da informação e da cultura na comunidade urbana e rural, sob diversas modalidades que vão sendo delineadas em programas efetivos.

Na condição de coordenadora, mas também como observadora atenta do desenvolvimento das ações em ambos os municípios aqui referidos, sinto-me segura ao afirmar que alguns pontos foram e são de extrema importância na perseguição dos objetivos:

1. a aliança estratégica representada pela parceria estabelecida;
2. a realização de um diagnóstico socio-cultural prévio;
3. a multidisciplinaridade da equipe executora;
4. as iniciativas básicas para a inserção das pequenas comunidades em redes (e sistemas) informacionais, primeiro informalmente, para chegar ao estágio de formalidade, com vistas à Sociedade da Informação;
5. a mudança de mentalidade dos responsáveis pela gestão pública, autoridades e lideranças locais quanto ao efeito efêmero de atividades esporádicas; e duradouro, se elas forem consideradas e tratadas como política pública;
6. a ênfase no espírito cooperativo e democrático, nas relações com a comunidade, em termos de cultura informacional em implantação.

Considerando-se que entramos no segundo ano de atuação em Echaporã, o objetivo geral continua ligado aos problemas e possíveis demandas de ordem socio-econômico-cultural do município, de tal forma que se possam estabelecer e desenvolver estratégias de ação conjunta com a comunidade echaporaense para construir subsídios à formulação de políticas condizentes com a situação local e a de outros municípios similares do interior do Estado de São Paulo.

Desta forma, pretende-se:

- Melhorar a atuação dos gestores públicos do Município, em termos administrativos, nos diversos setores de sua atuação;
- Discutir o cenário mais amplo e o papel político dos gestores no seio da comunidade, com vistas à cidadania, ao desenvolvimento e ao bem-estar social;
- Discutir e analisar os enfoques políticos que envolvem o contexto do município e da região;
- Definir os princípios norteadores de uma ação pedagógica para tratamento dos temas fundamentais do ensino na escola básica, e elaborar um conjunto de atividades práticas condizentes com esses princípios norteadores da Matemática e de outras disciplinas;
- Contribuir para a formação continuada de educadores locais de educação infantil, em continuidade de a atuação desenvolvida na Fase I, estabelecendo uma ligação entre a teoria e a prática, concretizada pela implantação da Sala de Brinquedos;
- Reforçar o papel da Biblioteca Pública Municipal como pólo irradiador de informação para a zona urbana e para a zona rural de Echaporã, através do serviço de extensão e da Ação Cultural ligada às questões da cultura, do lazer e da cidadania, num trabalho que envolve a educação continuada da bibliotecária e a sua participação direta com grupos de lideranças locais;
- Retomar e reforçar o conjunto de sessões de orientação vocacional para alunos das escolas públicas;
- complementar o mapeamento iniciado da inclusão/exclusão social da comunidade echaporaense;
- Implementar o mais novo subprojeto, denominado “Cidadania conversando sobre as diferenças”, para discutir as diversas deficiências e a convivência de forma adequada da comunidade com os portadores dessas deficiências;
- Implementar a coleta seletiva de lixo e o reaproveitamento de resíduos (ERPLAN), além de outras ações com vistas à preservação/recuperação do meio-ambiente.

Em termos científicos, os objetivos específicos referem-se àquelas pesquisas a serem desenvolvidas dentro dos subprojetos:

- Investigar o desenvolvimento da personalidade e da inteligência das crianças de Echaporã localizadas na Sala de Brinquedos (brinquedoteca entendida como laboratório para a vinculação entre teoria e prática por parte de educadores e pais, no trato com as crianças);
- Complementar a investigação sobre a inclusão/exclusão social, através de pesquisa participativa com a comunidade local;
- Investigar o papel e a atuação da Biblioteca Pública Municipal diante dos problemas socio-econômico-culturais apresentados pela comunidade rural local;

- Estudar a comunidade jovem de Echaporã, com vistas à prevenção do uso de drogas entre adolescente, através da prática da ação cultural na Biblioteca Pública de Echaporã-SP.

Capacitação

Levando em consideração o “status” da Prefeitura Municipal como a grande empregadora de Echaporã, imagina-se que, apesar de mudarem os prefeitos e edis, a cada pleito eleitoral, bem como os ocupantes de cargos de confiança, a maioria do funcionalismo mantém-se por muito tempo nas mesmas posições e no mesmo estágio de conhecimento. Assim sendo, seria benéfico que uma capacitação dos funcionários municipais viesse a se constituir num fator positivo para consolidar as ações geradas pelo Projeto, bem como criar uma nova cultura administrativa, configurada em termos de novas políticas públicas, adequadas à comunidade echaporaense e reconhecidas por ela como tal.

Transição do conhecimento

Quando foram feitos os primeiros contatos entre as coordenadoras do Projeto e as comissões e conselhos já existentes em Echaporã, percebeu-se que apenas alguns subgrupos permaneciam ativos, enquanto outros não participavam quase das deliberações e das atividades. Assim, buscou-se resgatar e reativar essas comissões e conselhos, tentando imprimir neles a idéia de que estava em suas mãos definir as escolhas e os rumos do Município e procurando dar a eles um novo alento, como participantes privilegiados da comunidade.

O princípio de auto-gestão foi de difícil entendimento e assimilação. Agora que o processo aparenta já ter sido incorporado, percebe-se um novo ânimo, a aproximação de outros grupos (formal ou informalmente constituídos) e a emergência de idéias criativas, embora ainda incipientes.

As coordenadoras do Projeto estão desenvolvendo um trabalho paralelo de fortalecimento e consolidação dos referidos grupos, pois é com eles que contam para fazer a transição para a condição de autonomia da comunidade echaporaense.

Por outro lado, as lideranças locais (educacionais, culturais, religiosas, esportivas, etc.) estão sempre sendo cercadas por informações sobre o desenvolvimento de atividades relativas às diversas frentes de atuação do Projeto. Com as informações divulgadas, não há como aparentar desinformação ou neutralidade diante do que vem acontecendo em Echaporã; e, no tempo de que se dispõe, espera-se uma mudança de

mentalidade que exija uma política pública transparente, eficiente e de resultados, por parte das autoridades constituídas, que diga-se de passagem, vem demonstrando interesse visível pelas ações desenvolvidas e em desenvolvimento.

Esses dois blocos mencionados deverão ser os verdadeiros sujeitos dessa fase de transição acima referida. Até porque sempre houve a preocupação das coordenadoras para que as decisões fossem deles, como representantes da comunidade; balizadas e não impostas, buscando empre o exercício da autonomia consciente, democrática e organizada.

Lamentavelmente não consta nenhum consórcio que seja vocacionado para, na região aqui enfocada, sustentar a informação pública e social a ela relativa. Com o passar do tempo, acredito que essa alternativa poderá ser buscada com a sociedade civil, organizando –se esta e fortalecendo a cultura informacional nessa Região, através de novas parcerias e com vistas ao desenvolvimento, ao bem-estar social e a própria autonomia cidadã.

Bibliografia

Barros, M. H. T. C. de. (2002). Dinamização da cultura, do lazer e da cidadania no município de Echaporã – SP. Marília: Unesp. (documento restrito).

Barros, M.H.T.C. de. (2002) Unesp em parceria com as administrações públicas: Echaporã – SP. Marília: Unesp. (documento restrito)

Barros, M.H.T.C. de. (2003). Disseminação da informação: textos críticos. Tese para obtenção do título de Livre-Docente em Ciência da Informação/Disseminação da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, Brasil.

Enciclopaedia Britannica do Brasil, (Ed.) Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro.

Ferreira, A.B.H. (2002). Novo Aurélio: dicionário da língua portuguesa: século XXI. São Paulo: Nova Fronteira.

McGarry, K. (1999). O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos.

Souza, M. L. de. (1999). Desenvolvimento de comunidade e participação. (6ª. ed.). São Paulo: Cortez.

Teixeira Coelho Netto, J. (1997). Dicionário crítico de políticas culturais. São Paulo: Iluminuras.